



Toda a correspondência deverá ser dirigida ao Secretário-Geral

PRIMEIRO-MINISTRO Dr. ANTÓNIO LUÍS SANTOS DA COSTA RUA DA IMPRENSA À ESTRELA, 4 1200-888 LISBOA gabinete.pm@pm.gov.pt

José Joaquim Abraão Secretário-Geral

Na resposta indicar as referências deste oficio

N/Ref: F/

070

V/Ref:

Processo:

Data: 17-11-2016

Assunto: Prioridades para a Negociação.

Ex.mo. Sr. Primeiro-ministro,

Há cerca de um ano, quando foi apresentado e aprovado na Assembleia da República o programa do Governo chefiado por V. Exa, os trabalhadores da Administração Pública, em geral, e a **FESAP**, em particular, alimentaram fundadas esperanças de que poderíamos estar prestes a assistir a uma verdadeira mudança quanto à forma como os serviços públicos e os trabalhadores em funções públicas seriam encarados, invertendo um ciclo que durava já há demasiados anos e que provocou um cenário de verdadeira destruição e empobrecimento generalizados.

Não obstante o reconhecimento de que foram tomadas algumas medidas essenciais e que dão sinais de uma certa vontade de recuperação da dignidade e da confiança dos trabalhadores, como a reposição das 35 horas de trabalho semanal ou uma mais célere devolução da totalidade dos salários, a **FESAP** não pode deixar de frisar que esses sinais são, contudo, insuficientes e ainda pouco significativos no que diz respeito ao cumprimento de um dos principais objetivos enunciados pelo Governo: "a defesa do Estado Social e dos serviços públicos, na segurança social, na educação e na saúde" (e a estas a **FESAP** acrescentaria a justiça e as autarquias), "para um combate sério à pobreza e às desigualdades".

O aclamado "virar da página da austeridade", que encabeça o documento programático do XXI Governo Constitucional, é algo que tarda em fazer-se sentir no dia-a-dia dos trabalhadores da Administração Pública, sendo isso mesmo evidente quando verificamos que, ao que tudo indica, o Orçamento do Estado para 2017 manterá ainda medidas impostas pelas instituições internacionais desde 2011 e que vieram sendo uma constante em todos os documentos orcamentais desde então.





Por outro lado, as carreiras e as respetivas progressões continuam congeladas e os trabalhadores não vislumbram a recuperação do poder de compra perdido ao longo de mais de uma década. É aliás o próprio Governo o primeiro a reconhecer, logo nas primeiras linhas do seu programa, que as políticas "para além da troika" seguidas no nosso país entre 2011 e 2015 conduziram a "uma devastação social sem precedentes".

Essa devastação encontrou particular expressão no seio da Administração Pública e no impacto na vida profissional e pessoal dos seus trabalhadores, pelo que se torna essencial valorizar o trabalho e os direitos dos trabalhadores.

Assim, a **FESAP** espera que sejam dados passos firmes e concretos no relançamento do diálogo social e da negociação coletiva na Administração Pública, procurando desse modo dar uma rápida resposta às principais preocupações que fazem hoje com que os trabalhadores não continuem a conseguir ver mais do que um vislumbre de luz num horizonte que se mantém ofuscado por restrições e condicionamentos. Enquanto empregador, e é o próprio Governo que o diz, "o Estado deve dar o exemplo".

A **FESAP** tem também bem presente na sua memória as inúmeras vezes em que, publicamente, V.Exa. defende a concertação social e a contratação coletiva como fundamentais para o fortalecimento da democracia e a preservação da paz social.

Neste contexto, assume particular importância o início urgente de processos negociais que conduzam à resolução das prioridades reivindicativas dos trabalhadores, nomeadamente:

- <u>o descongelamento das carreiras e respetivas progressões</u>, uma vez que este seria um fator que, não só possibilitaria iniciar um processo sério tendo em vista a recuperação de algum do poder de compra que vem sendo perdido, e de dignificação, motivação e recuperação da confiança dos trabalhadores face ao empregador Estado e da esperança face ao futuro;
- <u>o combate à precariedade no emprego público</u>, identificando e resolvendo os cerca de 70 mil casos de trabalhadores da Administração Pública que se encontram sob vínculos precários não obstante a vasta maioria estar a preencher necessidades permanentes dos serviços;





- <u>a correção das injustiças que hoje se verificam nas primeiras posições da tabela remuneratória única,</u> cuja coerência e espírito que presidiram à sua elaboração encontram-se hoje totalmente distorcidos devido aos sucessivos aumentos do salário mínimo sem que os restantes salários tenham sido alvo de qualquer valorização;
- <u>a manutenção da ADSE na esfera pública</u>, financiada tanto pelos trabalhadores como pelas entidades empregadoras públicas e com uma intervenção relevante dos representantes dos trabalhadores na tomada de decisões sobre o presente e o futuro deste subsistema de saúde;
- a consolidação nos postos de trabalho dos trabalhadores em situação de mobilidade intercarreiras;
- a despenalização das carreiras contributivas mais longas para efeitos de aposentação;
- tornar opcional o recebimento do subsídio de Natal por duodécimos ou por inteiro.

Assim, e porque no discurso público de V.Exa. e dos demais elementos do Governo que chefia, podem encontrar-se muitas semelhanças no que diz respeito aos objetivos e aos caminhos necessários para os alcançar defendidos pela **FESAP** para o futuro da Administração Pública, dos serviços públicos e dos seus trabalhadores, pensamos que este é o momento certo para iniciar uma nova era, baseando a defesa do interesse comum na negociação coletiva e no alcance de acordos que permitam restabelecer a confiança pessoal e coletiva dos cidadãos face ao Estado.

Instamo-lo, assim, Sr. Primeiro-ministro, a envidar todos os esforços necessários para que, em conjunto, possamos dar as melhores respostas às justas reivindicações dos trabalhadores da Administração Pública, certos de que esse é um caminho que beneficiará todos os portugueses.

A Assembleia-Geral da FESAP